



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO

GABRIEL NASCIMENTO BRITO

**MAX STIRNER E A CONSTRUÇÃO DA INDIVIDUALIDADE NA
CONTEMPORANEIDADE**

BELÉM
2021

GABRIEL NASCIMENTO BRITO

**MAX STIRNER E A CONSTRUÇÃO DA INDIVIDUALIDADE NA
CONTEMPORANEIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em Direito, pela Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Araújo Dib Taxi.

BELÉM
2021

GABRIEL NASCIMENTO BRITO

**MAX STIRNER E A CONSTRUÇÃO DA INDIVIDUALIDADE NA
CONTEMPORANEIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em Direito, pela Universidade Federal do Pará.

Data de Aprovação: 15/07/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Araújo Dib Taxi – Orientador
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Ricardo Evandro Santos Martins – Examinador
Universidade Federal do Pará

A Oneide e Marivaldo, que por tantos dias
lutaram e por tantas noites vigiaram.

AGRADECIMENTOS

Ver este trabalho concluído significa para mim o fechamento de uma etapa importantíssima de minha vida: meus anos de graduação. Nesse período, tornei-me adulto e construí laços pessoais e profissionais os quais levarei para a eternidade, se houver. Caso não exista, entretanto, aproveito para deixar aqui registrado meu enorme carinho aos colegas de turma e de centro acadêmico, representados na pessoa da minha amiga Amanda Larêdo, que por tantas vezes foi o ombro que precisei e a aluna na qual me inspirei.

Quanto aos mestres, registro meu carinho e agradecimento aos tantos professores que fizeram desses anos uma miríade de aprendizados, os quais saúdo na pessoa do Prof. Dr. Luiz Alberto Gurjão Cavalcante Sampaio Rocha e da Profa. Dra. Maria Stela Campos da Silva, profissionais exemplares, fonte de inspiração desde quando os conheci. A ambos, meu carinho.

Este trabalho, custoso como foi, precisou de um apoiador inicial, o Prof. Dr. Saulo Monteiro Martinho de Matos, com o qual tive grande simpatia e admiração desde os primeiros semestres da faculdade, e por isso o agradeço imensamente ao aceitar a missão de ser meu orientador por bastante tempo. Por fim, encontrei na figura simpática e sorridente do Prof. Dr. Ricardo Araújo Dib Taxi um parceiro que muito me auxiliou para que este trabalho fosse finalmente acabado. A ambos, agradeço pela paciência e pela gentileza de estarem sempre disponíveis para me auxiliarem sempre que possível.

Por fim, estendo meus agradecimentos mais que especiais àqueles amigos que, cientes das inúmeras dificuldades enfrentadas no período de escrita deste texto, quase que religiosamente me lembravam a importância da conclusão desta etapa. A vós, Aleffê Gama, Amanda Sarmanho, Breno Barros, Hugo Mercês e Rafael Alcântara, meus agradecimentos, amigos que levo no coração.

“A partir do momento em que vê a luz do mundo, um ser humano busca encontrar-se conquistar-se a si próprio no meio da confusão em que, com tudo o que há nesse mundo, se vê lançado sem orientação.”

Max Stirner.

RESUMO

O presente texto investiga as contribuições do autor Max Stirner para o desenvolvimento contemporâneo do conceito da individualidade. Para isso, propõe-se o estudo da vida e da obra do autor, especialmente de sua obra de maior impacto à época, o livro “O Único e a sua Propriedade”, além da leitura de biógrafos e de comentadores, aliados às contribuições à filosofia contemporânea por outros autores influenciados por Max Stirner, a partir dos quais se busca compreender de que forma os escritos do autor podem ser compreendidos mesmo duzentos anos após seu nascimento. No capítulo inicial é feito um apanhado biográfico da vida do autor, apresentando suas influências e o contexto no qual suas obras foram escritas. O segundo capítulo busca mergulhar na filosofia de Max Stirner, tomando como principal fonte de referência o seu livro “O Único e a sua Propriedade”, cuja leitura é facilitada a partir de comentadores, tanto contemporâneos ao autor, quando posteriores. Por fim, no terceiro capítulo é debatido o impacto de obra no período em que o autor a escreveu, assim como os seus desdobramentos e como pode ser interpretada na contemporaneidade. Ao fim do percurso, vê-se que, ao ler Max Stirner a partir de olhos contemporâneos, percebe-se o quanto a difusão de formas de ser e de viver da contemporaneidade partem da valorização da expressão individual, que deve ser sempre estimulada para que cada Ser Humano atinja o seu máximo potencial.

Palavras-chave: Max Stirner. Individualidade. Contemporaneidade. Modernidade.

ABSTRACT

This paper investigates the contributions of the author Max Stirner to the contemporary development of the concept of individuality. To this end, it is put forward an investigation on his life and work, especially on his magnum opus, “The Ego and its Own”, besides from biographical work and on commentators, in addition to the contributions by other authors influenced by Max Stirner, from which it is sought to comprehend how the works of the author ought to be read two hundred years after his birth. In the initial chapter, there is an overview of Stirner’s life, presenting his influences and the context in which he was embedded. The second chapter dives into the philosophy of Max Stirner, specially on the writings of his book “The Ego and its Own”, considering his fellow commentators, as well as posterior ones. Ultimately, the third chapter brings into debate the impact of his work among his contemporaries, as well as its unfolding, and how it ought to be interpreted in the contemporaneity. At last, by reading Max Stirner’s work through contemporary eyes, it is clear to see how the diffusion of new ways of living comes from the promotion of the individual expression, which must always be encouraged for the sake of the maximum development of every human being.

Palavras-chave: Max Stirner. Individuality. Contemporaneity. Modernity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Desenho de Friedrich Engels da reunião dos “Livres”.....	16
-------------------------------------------------------------------------	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 DE JOHANN KASPAR SCHMIDT A MAX STIRNER.....	12
2.1 Família e primeiros anos (1806 – 1826)	12
2.2 Educação universitária e magistério (1826 – 1840)	13
2.3 "Os Livres" e seus primeiros escritos (1841-1844)	15
3 O ÚNICO E A SUA PROPRIEDADE.....	19
3.1 Estrutura, Método e Linguagem	19
3.2 Principais Ideias.....	20
3.2.1 Os Antigos	20
3.2.2 O Espírito.....	22
3.2.3 Os Novos	23
3.2.4 Os Livres e o Único	25
4 O ÚNICO E A CONTEMPORANEIDADE	30
4.2 Por uma leitura contemporânea de Max Stirner.....	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

1 INTRODUÇÃO

A afirmação da individualidade, seja na forma dos sentidos múltiplos de liberdade, ou na expressão artística, permeia o debate da modernidade e ainda nos acompanha até os dias de hoje (DUMONT, 1992). Ao levarmos em conta o Iluminismo como marco teórico a partir do qual puderam ser vislumbradas novas formas de enxergar a realidade e novas formas de organização social, percebe-se que a individualidade representa o ponto central ao redor do qual todos os aspectos da experiência humana se organizam (HONNETH, 2015).

No debate de teorias políticas nas mesas de bar ou nos bancos das universidades, buscar entender o que nos diferencia e qual é o nosso lugar no organismo social, pode nos unir ou separar em campos filosóficos distintos, pois, para cada uma das correntes políticas que se apresentam na contemporaneidade, como expressou Borges (2008), há uma forma de entender o local do Ser Humano como ator político no mundo contemporâneo. Somado a isso, o momento de efervescência cultural propiciado pela evolução dos meios de comunicação, especialmente da internet, que possibilita o acesso a uma diversidade nunca antes vista de formas de se expressar, também é um fator essencial ao pensarmos o debate sobre a construção da individualidade.

E justamente por se vivenciar um momento no qual esse mesmo conceito, em todas as suas pluralidades, é tão valorizado, o momento se torna ainda mais propício para debater antigas e novas visões para essas problemáticas. Entender o pensamento contemporâneo como parte de um processo histórico gerado a partir do pensamento humano nos faz buscar nessas raízes as respostas para melhor compreender o estado atual de coisas (HEGEL, 2001). Nesse contexto, cabe buscar nas raízes dos debates da modernidade noções que nos ajudem a entender o desenvolvimento de conceitos, e neste texto buscaremos fazer isso a partir de um autor obscuro do século XIX: Max Stirner.

Situado às margens da filosofia ocidental, o autor desenvolve sua principal obra, o livro “O Único e a sua Propriedade”, ainda em meados do século XIX, num contexto de enorme efervescência de ideias, sendo em grande medida influenciado por Hegel e dialogando com grandes autores do século, como Karl Marx e Bruno Bauer. De lá para cá, e em alguns momentos mais do que outros, o autor reaparece com um misto de curiosidade e inquietação por parte dos seus estudiosos, e é um dos primeiros a se inserir

no debate de uma forma radical de individualidade, apartada de quaisquer convenções ou tradições (PATERSON, 1971).

Entretanto, antes de mergulhar no que o autor escreveu, na influência que teve à sua época e no que podemos tirar da sua influência atualmente, passaremos por uma breve explanação de sua vida, especialmente dos anos antes de escrever sua principal obra. Com isso, espera-se ter um melhor panorama de sua *psiqué*, das influências que teve e do ambiente no qual suas ideias surgiram. E no que tange à sua vida, por mais que seja interessante fazer o jogo de unir o autor à sua obra, buscando reflexos da vida do próprio nos seus escritos, é curioso perceber que ambas não poderiam ser mais distintas uma da outra, o que torna o debate a respeito de si ainda mais interessante.

Para atingir tal objetivo, no percurso deste trabalho serão utilizadas diversas fontes bibliográficas: no primeiro capítulo, que trata da vida do autor até o momento da publicação de sua principal obra, há de se ter maior destaque para o biógrafo principal de Max Stirner, John Henry Mackay, assim como de comentadores derivados do último; quanto aos capítulos segundo e terceiro, que tratam com maior profundidade do conteúdo da obra do autor em tela, o livro “O Único e a sua Propriedade” será a principal fonte de estudo, levando-se também em conta o auxílio de comentadores contemporâneos ao autor e atuais.

2 DE JOHANN KASPAR SCHMIDT A MAX STIRNER

2.1 Família e primeiros anos (1806 – 1826)

O pouco que sabemos de Max Stirner vem principalmente dos escritos de John Henry MacKay, anarquista alemão que dedicou grande parte da sua vida à investigação da vida de Max Stirner. Além disso, o lapso temporal de quase vinte anos entre a vida destes fez com que muito da história de Stirner fosse contado por meio de relatos de terceiros e de documentos que ainda poderiam ser encontrados após sua morte. Dessa forma, em alguns momentos há de se registrar passagens praticamente anedóticas acerca da sua curta e, por vários motivos a ver, nebulosa vida.

Nascido em 1806, e ainda Johann Kaspar Schmidt, teve sua origem em uma família relativamente remediada, de Bayreuth, na Baviera. Nota-se que, apesar da região à época estar sofrendo os efeitos do início das Guerras Napoleônicas, os negócios de seu pai, Albert Schmidt, que era artesão de instrumentos de sopro, pareciam ter relativo sucesso. Sua sorte, entretanto, viria a mudar quando, poucos meses após o nascimento do filho, faleceu em virtude de uma hemorragia interna.

Conforme descreveu MacKay (2005) dois anos depois, em 1809, sua mãe, Sophia Eleonora Schmidt, casou-se novamente, desta vez com o farmacêutico Heinrich Ballerstedt, com quem se mudou para a cidade de Kulm, na Prússia, onde haveria de herdar uma grande propriedade de seu tio e provavelmente também motivado pela carestia e instabilidade intensas encontradas em Bayreuth em razão da guerra. Johann Schmidt permaneceu em Bayreuth com seus padrinhos até 1810, quando foi enviado a Kulm para viver novamente com sua mãe, iniciando lá seus estudos primários. Lá, em 1810, nasceu sua única irmã, que veio a falecer logo em 1812.

Entretanto, por motivos desconhecidos, em 1818 Johann Schmidt retorna a Bayreuth e passa a viver novamente com seus padrinhos, que o adotam como se seu filho fosse, permanecendo com sua guarda até sua ida à universidade. Este é um dos primeiros episódios relativamente misteriosos da vida de Stirner, pois segundo seu biógrafo principal, o motivo do retorno de Johann Schmidt a sua cidade natal não é exatamente esclarecido – se por condições desfavoráveis na casa de sua mãe ou simplesmente pela boa reputação que precedia a escola ginásial de Bayreuth – o que talvez seja um

importante elemento na relação pouco afetuosa entre os dois durante o restante de suas vidas (MACKAY, 2005; PATERSON, 1971).

Muito pouco se sabe sobre estes seus primeiros anos, como seus interesses e suas relações sociais, estando os relatos limitados apenas ao seu memorável desempenho estudantil. Ainda segundo os relatos de MacKay (2005), os anos de Johann Schmidt no Ginásio de Bayreuth mostram que o jovem foi um aluno notável, figurando sempre entre as primeiras colocações das turmas que frequentou. No seu exame final, em 1826, foi o terceiro colocado entre vinte e cinco alunos testados, o que lhe rendeu um certificado de conclusão com nota máxima e uma boa recomendação assinada por Georg Andreas Gabler, à época diretor do Ginásio de Bayreuth, certamente contribuindo para seu ingresso na prestigiosa Universidade de Berlim.

Outro fato importante a se notar é que haveria sido durante o seu período no Ginásio que Johann ganhou a alcunha que o acompanharia durante toda sua vida, e pela qual é conhecido, Max Stirner, e para entender isso faremos uma pequena digressão. Além de não serem conhecidos tantos fatos sobre a vida de Johann Schmidt, também não são tantos os relatos de sua aparência, apenas duas ilustrações, uma feita por Friedrich Engels e outra por John Henry McKay, anos após sua morte. Nas duas, uma característica salta aos olhos, a testa – em alemão, *stirn* – avantajada do homem em questão. Johann Schmidt, para fugir da censura oficial, teria adotado seu apelido de infância, Max Stirner, ao começar a frequentar os círculos de discussões filosóficas de Berlim anos depois (DEMATTEIS, 1976). Finalmente, já explicada a origem de sua alcunha, a fim de evitar confusões acerca do nome do personagem em discussão, passo a chamá-lo daqui em diante por seu nome mais conhecido, Max Stirner.

2.2 Educação universitária e magistério (1826 – 1840)

Saindo de Bayreuth em definitivo, Max Stirner matriculou-se na Faculdade de Filosofia da Universidade de Berlim no ano de 1826, e lá permaneceu por dois anos tendo aulas com professores importantíssimos à época e sobre os quais ainda ocorrem grandes discussões na atualidade. Dentre estes, Schleiermacher, com quem estudou Ética; Carl Ritter, com quem estudou Geografia; e Hegel, com quem estudou Filosofia da Religião, História da Filosofia e da Psicologia, e Filosofia do Espírito. Sobre este último coloca-se uma luz especial, já que muito do que Stirner viria a escrever e debater na posterioridade teria sido influenciado por Hegel ou faria parte do debate que ele influenciara.

Após os dois anos na Universidade de Berlim, Max Stirner se matricula na Universidade de Erlangen, saindo de Berlim, algo que parece ser costumeiro na época, numa espécie de turnê entre universidades da região (PATERSON, 1971). Entretanto, depois de apenas um semestre na Universidade, Stirner reservou para si um ano sabático, sem retornar para Erlangen, e partindo no final de 1829 para a Universidade de Königsberg, onde se matriculou, mas não chegou a frequentar nenhuma classe. Isso ocorreu, pois, por conta de circunstâncias desconhecidas, Stirner teve de permanecer na casa de sua mãe, em Kulm, até 1832. Novamente, não é sabido o motivo exato pelo qual Max Stirner teve de interromper seus estudos, se por razões financeiras ou por conta da saúde mental de sua mãe, que viria posteriormente a ser internada por esse motivo, ou quiçá ainda por outro motivo desconhecido (MACKAY, 2005).

Stirner retorna aos seus estudos na Universidade de Berlim em 1833, e finalmente completa seu tempo mínimo requerido para certificação universitária. Com isso, requisita à Comissão Científica de Exames da Prússia a titulação de professor ginásial em diversas expertises: alemão, nas línguas clássicas, em religião, história e geografia, além da certificação de professor de educação básica nas outras matérias. Para este exame, foram requisitadas duas dissertações, uma tradução de Tucídides do latim, incluindo comentário sobre esta, e uma dissertação sobre as leis que regem o funcionamento das escolas; além de exames orais sobre cada uma das disciplinas requisitadas.

Para melhor entendermos a escrita do autor, que será examinada posteriormente, foquemos por um instante na dissertação de Stirner sobre as leis das escolas. Vejamos um excerto da referida dissertação de Stirner (apud MACKAY, 2005, p.42, Tradução Livre):

Para ser exato, nenhuma lei é arbitrária nem acidental, mas sim fundada e ao mesmo tempo envolta na natureza do objeto pelo qual existe. Pois toda coisa existente, seja no mundo dos fenômenos ou do espírito, é como ela se apresenta, como algo simples nesta ou naquela forma característica e também, justamente por essa razão, é algo completo em si, rico em conteúdo, multiplamente dividida por distinções segundo as quais se decompõe. Se essas distinções são enfatizadas, e é revelado como, por qual conexão e por qual tipo de fusão elas necessariamente pertencem à simplicidade do objeto, então, dessas análises do próprio objeto, vê-se como ele é definido em sua unidade, e daí revela-se o objeto nas suas análises ou leis. Disso se depreende que nenhuma lei é dada ao seu objeto de fora para dentro: as leis da gravidade são o conteúdo analisado do próprio conceito da gravidade.

Sobre esta, R. W. Paterson (1971, p. 5, Tradução Livre) afirma o seguinte: “Esta dissertação trata a disciplina escolar de um ponto de vista altamente abstrato, quase Hegeliano, e é o mais antigo exemplar da escrita filosófica de Stirner.”

Contudo, há uma relativa confusão entre as fontes acerca do sucesso de Stirner nos exames realizados pela Comissão Científica. MacKay (2005), o seu biógrafo principal, afirma que, apesar do resultado pouco satisfatório em alguns dos exames orais, Stirner haveria recebido o título de *facultas docendi* qualificado, apesar de, no futuro, não ter sido indicado como professor ginásial pela Comissão de Escolas da Prússia, versão esta também relatada por um revisor do seu trabalho, Saul Newman (2011). Por outro lado, R. W. Paterson (1971) afirma que a Stirner só teria sido concedido o título *facultas docendi* condicional, explicando o motivo pelo qual Stirner não teria realizado seu desejo de ser indicado professor ginásial no futuro. Após os seus exames, Max Stirner passou por uma espécie de estágio não-remunerado de ano e meio Escola Real de Berlim como professor de humanidades em geral, tempo que usou para preencher vácuos na sua formação evidenciados pelos resultados dos seus exames (MACKAY, 2005).

Nesse ínterim, ainda no ano de 1837, dois acontecimentos importantes na sua vida são dignos de nota. O primeiro, dois anos após a morte de seu padrasto, sua mãe passa a apresentar “ideia fixa”, sendo diagnosticada como insana e é enviada a um sanatório em Berlim, onde permaneceria até a sua morte. O segundo, é o primeiro casamento de Max Stirner com a jovem Agnes Clara Kunigunde Burtz, filha da locatária do apartamento onde vivia. Entretanto, a tragédia novamente viria a atingir a vida de Stirner com a morte de sua jovem esposa durante o parto, junto ao feto, oito meses após seu casamento.

Apenas em 1839, após não ter sucesso na sua tentativa de se tornar professor ginásial, Stirner consegue um emprego como professor de literatura e história em uma escola privada exclusiva para garotas. Os relatos acerca do seu trabalho como professor não são numerosos, mas alguns dos depoimentos anos depois descrevem Stirner como “calmo e educado” (MACKAY, 2005, p. 51, Tradução Livre). Este foi o único emprego fixo que Max Stirner teve durante a sua vida, e pelo curto período de seis anos – tempo que usou para desenvolver seu pensar e escrever a obra sobre a qual trataremos a seguir.

2.3. “Os Livres” e seus primeiros escritos (1841 – 1844)

Apesar de terem um nome como grupo, é um tanto quanto difícil caracterizar “Os Livres” exatamente dessa forma. Isso porque os que faziam parte desse grupo não eram nenhuma associação, grupo político ou mesmo de pensadores convergentes, a não ser pela inquietação com o estado de coisas da Prússia à época, ou, nas palavras de MacKay (2005, p. 59, Tradução Livre) “em eterna luta com as circunstâncias ao redor”. Por esse motivo,

os estudiosos do grupo preferem denotar o que de fato os unia: o encontro frequente no "Hippel's", um bar de vinhos de Berlim, para discutir filosofia e política.

Dentre seus participantes assíduos, além do próprio Max Stirner, é possível citar filósofos e acadêmicos, como Bruno Bauer e seu irmão, Edgar Bauer, além de poetas, dramaturgos, jornalistas e editores de jornais, alguns a fazerem carreira nos Estados Alemães, nos Estados Unidos e no Reino Unido. E justamente pelo caráter informal dos seus encontros, geravam interesse o bastante para receberem visitantes menos regulares, como foi o caso de Karl Marx e Friedrich Engels durante o tempo que viveram em Berlim.

Sobre os encontros, as impressões de dois visitantes ajudam a entender a atmosfera das discussões. O primeiro, o poeta August von Fallersleben, autor do atual hino alemão, em Berlim após uma turnê pela Prússia e de uma audiência com o Rei, afirmou que a atmosfera de tumulto e vulgaridade era uma desculpa para pensamentos comuns e despreparados, que demonstravam a futilidade dos debates (PARTESON, 1971). O segundo, o filósofo Arnold Ruge, teria se irritado e deixado o local após não conseguir dar sua opinião sobre determinado tema, tamanha era a intensidade das falas e o tumulto dos debates (MACKAY, 2005). A respeito do segundo, foi nessa ocasião que Friedrich Engels fez um desenho ridicularizando a reação de Arnold Ruge ao tumulto da reunião, sendo este um dos dois desenhos conhecidos de Marx Stirner.

Ilustração 1 – Desenho de Friedrich Engels da reunião dos “Livres”



Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Die_Freien_by_Friedrich_Engels.jpg

Enquanto a maioria dos participantes era composta de homens, algumas mulheres também participavam das reuniões, seja como acompanhantes de integrantes ou como

participantes ativas dos debates. Dentre elas, para os objetivos deste artigo, merece destaque Marie Dähnhardt, segunda esposa de Max Stirner, descrita como uma mulher peculiar para os padrões da época (DEMATTEIS, 1976). Marie logo cedo se tornou órfã, herdando uma considerável herança, com a qual vivia uma vida bastante boêmia nos círculos sociais de Berlim. Seus contemporâneos destacam-na pois bebia cerveja, fumava charutos e acompanhava os outros homens do grupo aos bordéis, sendo uma pessoa extremamente expansiva e comunicativa, contrastando com a timidez do seu marido. A respeito do seu casamento, há uma história contada em tom anedótico que este teria ocorrido com a boemia e o desapego que caracterizava o casal: o pastor que celebraria o casamento teria chegado ao local marcado e encontrado o noivo e as duas testemunhas, Bruno Bauer e Ludwig Buhl, jogando cartas vestidos de roupas casuais, enquanto a noiva teria chegado atrasada e também sem trajar nenhum vestido solene; ao passo que, ao finalizar a cerimônia, percebendo que não haviam comprado as alianças, o casal teria utilizado dois anéis de cobre que Bruno Bauer carregava em sua bolsa (PATERSON, 1971).

Em alguns momentos, além do interesse de intelectuais, os Livres também tiveram atenção do público geral, o que motivava uma série de artigos em diversos jornais e revistas, não só de Berlim, que buscavam entender o que era debatido. Dado o caráter de tabloide da maioria, poucas descrições tinham de fato informações calcadas na realidade (MACKAY, 2005). Enquanto era uma ocasião de encontro e reunião de pessoas influentes em seu local e período no tempo, pode-se dizer que a atuação dos Livres como grupo foi irrelevante. Os próprios encontros não durariam para além das Revoluções de 1848, e, os seus membros que dela participaram, assim o fizeram individualmente, de modo que não houve participação dos Livres como grupo organizado, pois nunca o haviam sido.

Antes de publicar “O Único e a sua Propriedade”, Max Stirner teve uma passagem como jornalista correspondente e como ensaísta digna de rápida nota. Inicialmente, Stirner atuou em variados jornais, nos quais escrevia sobre temas do dia a dia, não restando muito espaço para maiores digressões no seu pensamento, nem deixando muitas pistas sobre a sua obra posterior, sendo apenas notável a ironia que faria parte de toda a sua obra.

O primeiro dos ensaios a atingir notoriedade se intitulava “O Falso Princípio da Nossa Educação”, que, apesar de ser a segunda obra mais estudada do autor, não se relaciona tanto com o que aborda este artigo. Em resumo, o ensaio busca fazer uma

comparação entre a educação clássica, baseada no estudo das línguas antigas, das Belas Artes e da Bíblia, com a educação humanística moderna, que era focada nas ciências naturais e humanas, e que, de certa forma, encontra guarida até os nossos dias. Para Stirner, enquanto a primeira não resultava em nenhum desenvolvimento prático do Homem para a vida moderna, a segunda reduzia o Homem à condição de ferramenta, preparando-o para ser servo, ou “útil”. Em contraste, Stirner defendia que a educação deveria ter como objetivo a realização do indivíduo como ser autossuficiente, desenvolvendo a sua personalidade em toda sua potencialidade, o que dificilmente poderia ocorrer num sistema educacional dirigido pelo Estado, pela Igreja ou pelo Mercado (STIRNER, 2001).

O segundo e mais relacionado aos presentes objetivos, foi uma brochura de 22 páginas publicada na Prússia e na Saxônia sob o título “Resposta de um membro da comunidade de Berlim contra os escritos do Clero Berlinense: Celebrando o Domingo Cristão, uma palavra de amor à nossa comunidade”, na qual vemos de forma mais delineada as pistas do livro que Max Stirner publicaria alguns anos depois.

Na publicação original, cinquenta e sete membros do Clero expunham a queda no número de participantes nas missas, além de uma crescente falta de importância dada pelos berlinenses à sacralidade do domingo, que deveria ser um dia de descanso e dedicação a Deus. Stirner, respondendo ao Clero, argumenta que a falta de interesse do público em participar da vida religiosa apenas indica que a Igreja não é mais capaz de entusiasmar o Homem moderno. Enquanto isso, continua, aqueles que ainda se deixam guiar pelos ditames religiosos, permitem-se serem tratados como crianças imaturas, enquanto, ao invés de absorverem os preceitos religiosos, deveriam entender o valor de si próprios como humanos, pois, antes de Cristãos, são humanos, e assim continuarão sendo mesmo se deixarem a vida religiosa (STIRNER, 2001). Como esperado para uma publicação incendiária desse tipo, logo o ensaio foi censurado e retirado de publicação, causando inclusive atrito entre as autoridades e os censores dos Reinos da Prússia e da Saxônia, pois os censores do último teriam deixado, indevidamente, a publicação chegar ao Reino.

3 O ÚNICO E A SUA PROPRIEDADE

Publicado em outubro de 1844, o Livro “O Único e a sua Propriedade” por muito tempo permaneceu como lenda entre aqueles que eram mais próximos a Stirner, já que o próprio autor se negava a falar sobre o que escrevia e se escrevia durante os anos anteriores. Dessa forma, foi uma surpresa quando o livro foi publicado por uma editora de Leipzig e logo se espalhou também para a Prússia, especialmente em Berlim (PATERSON, 1971).

Esperando que o livro fosse censurado e os seus exemplares confiscados, a editora responsável por sua publicação tratou de submeter a primeira edição à censura oficial ao mesmo tempo que enviava vagões carregados de livros às livrarias da região. Conforme MacKay (2005) quando foi emitida a ordem de censura e confisco dos exemplares, não foram tomados mais que duzentos e cinquenta livros na Saxônia. Já na Prússia, o livro foi censurado nos idos de dezembro do mesmo ano, dando tempo o suficiente para que o livro se espalhasse nos círculos mais relevantes.

3.1 Estrutura, Método e Linguagem

O livro é dividido em duas partes, denominadas “Homem” e “Eu”, sendo a primeira, grosso modo, uma dissertação das formas de alienação sob as quais o Indivíduo esteve, e ainda está, submetido, desde a Antiguidade, com uma argumentação sobre a filosofia Greco-romana, até a modernidade. Sua divisão se encontra entre o pensamento teológico-filosófico Cristão e as teorias políticas da modernidade – o liberalismo (chamado de liberalismo político), o socialismo (chamado de liberalismo social) e o humanismo (chamado de liberalismo humano). Já na segunda, após argumentar sobre as formas de opressão ao “Eu”, Stirner se dedica a dissertar sobre a derrubada das amarras que o fazem não ser ele o “Mestre de si”.

Longe de ser um estudo sistematizado, o autor apresenta suas ideias na primeira pessoa, como se o próprio Stirner narrasse para o eleitor uma série de anotações pouco coesas e que foram juntadas para formar o livro; o que, de certa forma, parece ser uma forma precisa de descrever parte da obra (DEMATTEIS, 1976). Dessa forma, as divisões do livro, parecem mais ser uma formalidade sobrepostas a um texto uno, sem que estas sejam de fato indicações de divisões e de um desenvolvimento lógico (PATERSON, 2005).

Além disso, Stirner apresenta um método que ao leitor mais desavisado pode parecer uma sequência repetitiva de pensamentos, continuamente escolhendo trazer de volta e retomar pensamentos abordados anteriormente. Entretanto, nota-se que a escrita do autor funciona quase que numa forma espiral, partindo de um ponto X no espaço, fazendo um percurso por determinado pensamento, para, mais tarde, retornar a ele sob uma nova ótica, mais expandida, mais complexa, sob um novo olhar influenciado pelas próprias conclusões que as quais o autor chega durante a argumentação, o que pode ser resumido por uma frase do próprio autor em seu livro: “As ideias que avancei, de forma concisa e talvez ainda pouco clara, clarificar-se-ão esperamos, no que se segue.” (STIRNER, 2004, p. 29).

Segundo Phillip Dematteis (1976) uma característica que aproxima Stirner de Hegel é a atenção de Stirner às nuances das palavras que utiliza, brincando com os múltiplos significados que as palavras possuem, o que é comum no idioma alemão. Dessa forma, o autor repete as mesmas palavras ao longo do texto, mas em momentos distintos e com significados distintos em cada um deles, fazendo quase que um jogo de sugestão para provocar o leitor, mesmo que não chegue a nenhuma conclusão diretamente a partir desse jogo.

3.2 Principais Ideias

Como dito anteriormente, “O Único e a sua Propriedade” em nada se assemelha a um estudo sistematizado, o que, por conseguinte, dificulta uma leitura que busque abarcar em sua totalidade o pensamento do autor. Na primeira parte do livro, o autor objetiva demonstrar o desenvolvimento do pensamento e da subjetividade humana em três momentos, sendo estes: a antiguidade, a cristandade e a modernidade, nomeando-os, respectivamente de “Antigos”, “Novos” e “Livres”. Sobre as nomenclaturas, será mais bem esclarecido a seguir.

3.2.1 Os Antigos

A respeito da nomenclatura, o autor começa o capítulo da seguinte forma:

Como a tradição deu aos nossos antepassados pré-cristãos o nome de “os Antigos”, não somos nós que iremos contra isso, dizendo que, face a nós, gente experimentada, eles deveriam mais propriamente ser apelidados de “crianças”;

preferimos, como até aqui, continuar a honrá-los como os nossos respeitáveis pais. (STIRNER, 2004, p. 21).

Stirner nos explica que, para os Antigos, a realidade era a verdade e o que o Homem deveria se dedicar a compreender e lidar – era a sua verdade. E, por realidade, devemos entender o mundo físico em todos os seus aspectos: a natureza, as relações consanguíneas, os prazeres carnis, a política, a guerra. Toda a experiência humana girava em torno da matéria: “os Antigos viviam na convicção de que o mundo e as relações mundanas (por exemplo, os laços de sangue naturais) eram o verdadeiro, ante o qual o eu impotente se teria de vergar.” (STIRNER, 2004, p. 22).

Alguns poderiam argumentar, entretanto, que os ditos Antigos tinham um panteão de deuses e, com isso, uma religiosidade que ia para além daquilo que conhecemos como terreno ou natural. Afinal, como poderia subsistir o argumento de que no mundo físico estaria o sentido das coisas se os gregos cultuavam variados deuses, assim como os romanos que os seguiram? Pode-se entender o argumento levantado por Max Stirner ao percebermos que, apesar de usar o sobrenatural para explicar parte do mundo natural, a religiosidade greco-romano era, assim como o modo de viver destes, também centrada no mundo natural. As personas da religiosidade grega, além de terem características humanas e atitudes tipicamente humanas – cujas histórias eram repletas de episódios de violência, adultério, inveja e ira – também serviam para explicar a própria natureza, representando o trovão, o mar, a colheita e o fato mais próprio à vida, a morte.

Da mesma forma, a própria filosofia clássica buscava dar ao ser humano o verdadeiro “gozo de viver” (STIRNER, 2004, p. 26) de diferentes formas. Cite-se inicialmente os estóicos, que, segundo o autor, encontravam esse gozo de viver na atitude serena em relação à vida, numa atitude de autoafirmação diante de uma realidade a qual, apesar de não poderem mudar, optaram por dela não serem reféns. Por outro lado, os hedonistas buscavam tirar o máximo de sensações do mundo, entre gozos e prazeres, destacando-se, portanto, a máxima exploração do mundo sensível e da materialidade.

Entretanto, Stirner (2004, p. 22) afirma que, por estarem dominados pela ordem natural, que de fato parecia inamovível, os Antigos começaram a buscar a sua verdade dentro de si próprios, o que chama de “sentimento de si”. Para ele, o despertar dos Antigos em relação à sujeição ao que reconheciam como a ordem natural pode ser resumido na frase: “Usa o teu entendimento contra todas as coisas, o teu engenho, o teu espírito; um entendimento lúcido e exercitado é a melhor arma para enfrentar o mundo, preparar um destino melhor e a mais agradável das vidas” (STIRNER, 2004, p. 22). Dessa forma, os

sofistas teriam sido os primeiros a colocarem a sua energia de vida e de pensar em confronto com o mundo sensível e, mesmo que não usassem o seu espírito como fim, mas como meio para se imporem diante da inamovibilidade do mundo sensível.

Nesse momento, Stirner (2004, p. 23) traz uma reflexão sobre Sócrates, que teria sido essencial ao afirmar que o espírito humano deveria lutar contra a dominação empreendida pelo mundo sensível domando seus impulsos e direcionando o seu espírito para o “bem” e para a “virtude”. Dessa forma, Sócrates desejaria colocar o espírito humano sob crítica, impedindo que este fosse “o mais cego e dependente escravo dos seus apetites”, iniciando uma luta contra estes apetites, o que o autor chama de “esvaziar de conteúdos o coração” (STIRNER, 2004, p. 23).

E buscando esvaziar de conteúdos o coração, no questionamento de todos os valores e vontades do Homem antigo, o autor afirma que os Antigos chegaram ao ceticismo, que posicionava o indivíduo como independente e indiferente em relação ao mundo sensível, de forma que este já estava esvaziado ele próprio de valor. Esvaziado o mundo sensível de valor, o ser humano passa a buscar fora de si a medida para todas as coisas, e neste momento o Cristianismo aparece como algo a dar um novo sentido às relações humanas, agora rejeitando os valores do mundo sensível, como as relações familiares ou a relação de pertencimento a um povo específico, já que, como Cristãos, todos são Filhos do mesmo Pai e fazem parte do mesmo Povo, levando ao domínio do espírito os mais fundamentais laços entre os seres humanos. (STIRNER, 2004).

3.2.2 O Espírito

Antes de dar continuidade à teoria do pensamento apresentada pelo autor, cabe uma digressão para melhor explicar o que exatamente é o “espírito” que tanto vai marcar a transição do mundo Antigo. Afinal, o que é o espírito? Para Stirner, espírito é o fruto do pensamento. Entretanto, para o autor, nem todo pensamento pode ser espírito, este depende de um ato criativo do ser humano, dessa forma sendo também intencional e consciente, que não pode ser resultado de pensamentos recebidos passivamente de terceiros e sem reflexão pelo “Eu”. Sobre isso, afirma o autor:

Mas o que é então o espírito? É o criador de um mundo espiritual! Também em ti e em mim alguém só reconhece espírito quando vê que nós nos apropriamos de algo de espiritual, ou seja, de pensamentos que, ainda que trazidos até nós por outros, só em nós e por nós ganharam vida; enquanto fomos crianças, bem podíamos querer aliciar-nos com os mais edificantes

pensamentos, mas nós, ou não queríamos, ou não estávamos em condições de os recriar em nós. Assim, também o espírito só é espírito quando cria algo de espiritual: só é real quando se junta ao espiritual, às suas criaturas. (STIRNER, 2004, p. 31).

Nestes termos, se deve entender que o espírito “nasce” de forma etérea, pouca indeterminada? De certa forma sim, já que o único “ingrediente” do espírito é o próprio pensar. Da mesma forma que o ato de falar classifica alguém como falante e o ato de andar torna alguém andante, o espírito, como fruto do pensamento, necessita deste anteriormente para existir. Por isso, o espírito nasce no ser humano como fruto do seu pensamento, e da mesma forma como é inicialmente criado, cria também outros espíritos a partir do momento que este pensamento inicial é reproduzido.

Uma possível contradição a ser explicada é a de que, por ser fruto do pensar, o espírito necessita da matéria para existir, apesar de estar dissociado dela. Enquanto a espiritualização a qual chegaram os Antigos teve por resultado a negação do mundo sensível, da materialidade, esta não deixou de existir, por óbvio, o que resulta numa dualidade entre matéria e espírito que será o cerne do Cristianismo, já que, na teologia Cristã, enquanto a matéria é falsa, pecaminosa, finita; o espírito é a verdade, a salvação e a eternidade.

3.2.3 Os Novos

Dando continuidade na explicação da nomenclatura utilizada pelo autor para dividir cada uma das fases da evolução do pensamento humano, ao dizer “Os Novos”, Stirner se refere aos cristãos, tomando por referência uma citação bíblica da 2ª Carta aos Coríntios, em seu capítulo 5, versículo 17, que diz: “E, assim, se alguém está em Cristo, é nova criatura; as coisas antigas já passaram; eis que se fizeram novas.” Além disso, é relevante também afirmar que, em seu livro, o autor dá aos “Novos”, os Cristãos, o mesmo sentido de “Modernos”, colocando a ascensão do Cristianismo como o marco para o início da Modernidade, à revelia do sentido ordinário que damos à palavra.

Além disso, vale afirmar que, ao descrever o pensamento dos cristãos, o autor não se foca exatamente em uma explicação de ordem religiosa para o desenvolvimento do pensar, mas sim na forma como este se molda ao longo do tempo, sendo a mais relevante expressão disso, para o que o autor se propõe, o pensamento e a cultura desenvolvida na Europa.

Enquanto os Antigos buscaram a libertação do mundo sensível, tendo chegado a isso ao questionarem todos os seus valores e princípios, esvaziando-os de importância e conteúdo, os Cristãos dedicar-se-ão a buscar a “libertação do espírito”. Mas por qual motivo os cristãos, que herdaram do Mundo Antigo a noção do espírito como a medida de todas as coisas, viriam buscar se libertarem dele? Stirner argumenta que, da mesma forma como o Ser Humano manteve-se imerso na obsessão pela materialidade durante a Antiguidade, o Cristianismo faria com que ele se mantivesse imerso em uma nova obsessão, a obsessão pelo espírito. E, diante da dificuldade, a resposta foi a mesma: a negação daquilo que se tinha como verdade (STIRNER, 2004).

Enquanto na Antiguidade o Homem buscou compreender o mundo, desvendá-lo e assim dele se libertar, o autor argumenta que, com o Cristianismo, o foco da Humanidade passara a ser a compreensão dos mistérios do espírito, a partir do qual se desenvolve, no Medievo, a Teologia cristã. Com o desenvolvimento da Teologia, a partir das suas próprias inconsistências, contradições e controvérsias, a Reforma Protestante, para o autor, representa um marco a ser considerado. Stirner (2004) ressalta que o Protestantismo fortaleceu a ligação entre matéria e espírito, ao mesmo tempo que tornou mais intenso o conflito interno entre a religiosidade e os impulsos humanos.

Vê-se que, para que o Ser Humano pudesse chegar à compreensão total do espírito, julgava ser necessária a comunicação direta entre si e o espírito, rejeitando a possibilidade de haver intermediários, exigindo uma comunhão direta com o espírito. Sustentando essa posição, era necessário que o Homem estivesse em “direto contato” com a sua espiritualidade, de modo que, não atendida esta condição, o espírito seria apenas uma abstração. É sobre isso que se estabelece um dos principais pontos levantados pela Reforma Protestante, que rejeita o dogma da Igreja Católica Romana como única apta a ter acesso e interpretar os desígnios divinos apresentados nas Escrituras Sagradas.

Entretanto, é notável que apesar do desejo de criar uma comunhão direta com a espiritualidade, o fato de estar preso à materialidade, tornava, para Stirner, impossível esse desejo dos cristãos. Afinal, como eu, Ser Humano, matéria, poderia me comunicar diretamente com Deus, espírito, se não sou espírito? Diante dessa realidade, por mais que o Cristão rejeite, negue e tente afastar-se da vida material, dos prazeres, dos desejos, é impossível que ele consiga se ver totalmente livre do mundo, que não pela morte. Nisso reside uma contradição que os Modernos não conseguiram resolver, o que leva o autor, em certa passagem, dizer que os modernos vivem a querer concretizar o ideal, que, por condições da existência, não podem alcançar:

[...] está condenado a viver eternamente com a nostalgia da espiritualização do mundo, ou seja, com o desejo de o libertar da “ignominia”. É por isso que ele, como um jovem, anda por aí cheio de planos de salvação ou melhoramento do mundo. (STIRNER, 2004, p. 38).

Percebendo, portanto, a impossibilidade de tornar o espírito “livre do mundo”, o Moderno caminha em direção a tornar-se “livre no mundo”, espiritualizando a sua existência material. A partir disso, atributos como justiça, felicidade e amor – anteriormente sacralizados e legados à perfeição de Deus – passam a ser objetivos a serem buscados pelo Homem na sua vida, dominando-o, cumprindo o papel que antes era ocupado pela religiosidade.

3.2.4 Os Livres e o Único

Neste momento, é importante fazer uma distinção entre os dois significados que “Os Livres” podem ter neste artigo. O primeiro, citado várias vezes no Capítulo 1, diz respeito ao grupo que Stirner frequentava antes de escrever o seu livro, enquanto o segundo será discutido neste tópico, a seguir. Poderia ser dito que nenhuma relação haveria entre o coincidente uso das duas palavras em dois momentos diferentes da vida do autor. Entretanto, um olhar mais atento à recepção da obra, que será explanada mais adiante, leva a crer que muitas das discordâncias apresentadas pelo autor com os “Livres” que ele menciona no seu livro, são, na verdade, mensagens indiretas àqueles com quem se confraternizava em Berlim. Porventura, chamando-os de “Livres” por pura ironia ou deboche, para logo depois dizer que de “livres” eles nada tinham.

Assim, a acepção de “Livres” trazida pelo autor chega mais próxima a representar o Liberalismo como doutrina política. Entretanto, também é importante ressaltar que o Liberalismo do qual Stirner trata não se assemelha tanto com o conceito que usamos de forma recorrente até os dias de hoje, mas sim um conceito mais amplo. Stirner apresenta o Liberalismo como uma tríade de teorias modernas, sendo estas: o “Liberalismo Político”, que abarca o conceito que usamos de forma recorrente, de valorização das liberdades políticas; o “Liberalismo Social”, que seria representado pelas teorias marxistas e socialistas; e o “Liberalismo Humano”, que representa uma construção guiada por “valores desinteressados”, pelo “bem comum” na sua mais genérica acepção, de certa forma resgatando o conceito de imperativo categórico criado por Kant, um dos influenciadores de Stirner.

Enquanto discordavam acerca do conteúdo da natureza humana, seja este a pátria ou a classe, o autor afirmava que as três categorias de liberais haveriam cometido o mesmo erro: separar o indivíduo da sua essência humana, prosaica e banal, colocando esta essência em algo fora do indivíduo e que deveria ser por ele alcançado. Em contraste, Stirner afirmava que, pelo fato de a natureza humana não ter um conteúdo universal, mas ser definida por particularidades, não poderia ser determinada por ninguém, ou por instituição alguma, a forma como cada ser humano há de viver. Em suma, Stirner (2004) afirma que todas essas teorias, que ele apresenta como modernas, haveriam cumprido a mesma missão: substituir Deus por valores e ideologias, e que exerciam um fator de opressão à individualidade. Sobre isso diz o autor:

O liberalismo limitou-se a colocar na mesa outros conceitos: em vez dos divinos, os humanos, em vez dos religiosos, os estatais, em vez dos da fé, os da “ciência”, em suma, em vez de “dogmas rudes” e preceitos, verdadeiros conceitos e leis eternas. Agora só o espírito domina o mundo. Uma quantidade inumerável de conceitos enche a cabeça das pessoas. E que fazem os paladinos do progresso? Negam esses conceitos, para colocar outros no seu lugar! Dizem: Vocês têm um conceito errado do Direito, do Estado, do homem, da liberdade, da verdade, do casamento, etc.; ora, o verdadeiro conceito do Direito, etc., é aquele que nós vos propomos agora. E assim vai progredindo a confusão dos conceitos. (STIRNER, 2004, P. 81).

Nesse diapasão, podemos entender que o mundo moderno é lido por Stirner como repleto de espíritos, que, dominando e perseguindo o ser Humano, “assombram-no como fantasmas”. Enquanto exercem essa pressão sobre a Humanidade, e por já terem feito tantos se sacrificarem e por continuarem a fazê-lo, Stirner aponta que os espíritos têm poder até sobre aqueles que neles não acreditam, já que, os que porventura não tenham se sacrificado, são obrigados a viver sob a culpa ou sob a punição, física e mesmo mental, de não o terem feito.

O mundo dominado por espíritos, portanto, não apenas exerceria pressão individual sobre cada um de nós, mas sobre toda coletividade, seguindo o pensamento anterior explicitado de que, quanto mais disseminado, mais forte e dominador o espírito é. Ou seja, quanto mais disseminada e amplamente aceita é uma ideia, mais poder ela possui sobre os indivíduos, tornando-os mais submissos e expostos a retaliações caso não as aceitem.

Stirner (2004) nos afirma que as opressões, que antes se davam de forma mais explícita, como por exemplo o poder do “pater familias” sobre o grupo familiar, tornaram-se cada vez mais implícitas e sofisticadas, passando a ser representadas pelo Deus cristão, que exerce poder sobre todos os seus “filhos”, ao status moderno da “pátria mãe”, a quem

seus “filhos” devem a lealdade e a vida, entrelaçados por um laço de irmandade que, ao diferenciá-los dos outros, os que não pertencem à mesma pátria, deve guiar as suas vidas. A respeito da igualdade de direitos políticos, afirma Stirner:

Que significa a afirmação de que todos gozamos de “igualdade de direitos políticos”? Apenas uma coisa: que para o Estado a minha pessoa não conta, que para ele eu sou, como qualquer outro, apenas um homem, sem outro significado relevante para ele. O Estado é um Estado burguês, é o Estado da burguesia. Não protege os indivíduos de acordo com o seu trabalho, mas pelo seu grau de servilismo (“lealdade”), ou seja, pelo modo como eles gozam e administram os direitos concedidos pelo Estado, em conformidade com a vontade, isto é, com as leis desse Estado. (STIRNER, 2004, p. 95).

Por outro lado, levando em consideração o que é trazido por Karl Marx em seu “Manifesto do Partido Comunista”, de que o que separa a humanidade não são suas nações ou povos, mas as classes sociais, conclamando a união dos trabalhadores de todo o mundo, Stirner afirma:

A Revolução deu todo o poder à burguesia, e eliminou toda a desigualdade ao elevar ou rebaixar cada um à dignidade de cidadão: o homem comum foi elevado, o nobre rebaixado. O terceiro estado transformou-se na única condição social, nomeadamente a dos cidadãos do Estado. Agora, o comunismo objecta: A nossa dignidade e a nossa essência não consiste em sermos todos igualmente filhos do Estado, a nossa mãe, todos nascidos com O mesmo direito ao seu amor e à sua protecção, mas em existirmos todos uns para os outros. Esta é a nossa igualdade: nós somos iguais pelo facto de eu, tal como tu e todos vós, agir ou “trabalhar” para os outros, ou seja, pelo facto de todos sermos trabalhadores. O que nos importa não é o que nós somos para o Estado, isto é, cidadãos, a nossa cidadania, mas aquilo que somos uns para uos outros, o facto de cada um de nós só existir através do outro, que, atendendo às minhas necessidades, vê igualmente satisfeitas por mim as suas. Por exemplo, ele trabalha para me dar a roupa que visto (o alfaiate), e eu para que ele se divirta (autor de comédias, saltimbanco, etc.), ele para a minha alimentação (agricultor, etc.), eu para a sua educação (erudito, etc.). O sermos trabalhadores é a base da nossa dignidade e de nossa igualdade.” (STIRNER, 2004, P. 98).

Ainda sobre o pensamento revolucionário apresentado pelos socialistas de seu tempo, o autor nos apresenta a diferença entre revolução e insurreição. Enquanto a revolução, apresentada por Karl Marx como o caminho para o estabelecimento de uma sociedade comunista, representaria a negação e o combate a um determinado domínio, levando obrigatoriamente a um estado de coisas no qual o ser humano ainda se encontra sob domínio de seus espíritos, Max Stirner nos apresenta a insurreição como a uma negação de ordem metafísica, perpétua. Enquanto o ideal revolucionário altera uma realidade, este não chega a libertar o indivíduo, pois ainda se sujeita ao Estado, às Leis ou à moralidade. Por outro lado, o rebelde vai além, abandonando a sua dependência em

relação aos espíritos e à ordem estabelecida, desprendendo-se do que o autor chama de “ideias fixas” (STIRNER, 2004, p. 41).

Para o autor, que tanto utiliza referências ao Cristianismo durante seu livro, um exemplo de rebelde insurrecto foi Jesus Cristo, que não se preocupava em derrubar o Estado, apesar do desejo de alguns de seus seguidores, mas sim de elevar-se a si próprio, desprendendo-se das convenções de seu tempo, sejam políticas, culturais ou sociais, criando seu próprio mundo.

Ao explicitar a dominação escamoteada que os espíritos exercem, o autor mostra que a divindade, o sagrado, que antes estavam muito presentes, seja nos templos dedicados aos deuses pagãos, seja nas representações bíblicas dos vitrais das igrejas, dissolveram-se no que há de mais mundano e presente nas vidas, pois regula as relações que temos uns com os outros: o Direito.

Entretanto, para Stirner, o Direito moderno, longe de apenas proteger os indivíduos ou de regular a vida em sociedade, tem como foco cercear a individualidade, permitindo que o indivíduo se desenvolva apenas dentro de padrões regulados e aceitos na estrutura estatal. Sobre isso, vê-se:

Que significa a afirmação de que todos gozamos de “igualdade de direitos políticos”? Apenas uma coisa: que para o Estado a minha pessoa não conta, que para ele eu sou, como qualquer outro, apenas um homem, sem outro significado relevante para ele. (...) Não protege os indivíduos de acordo com o seu trabalho, mas pelo seu grau de servilismo (“lealdade”), ou seja, pelo modo como eles gozam e administram os direitos concedidos pelo Estado, em conformidade com a vontade, isto é, com as leis desse Estado. (STIRNER, 2004, p. 95)

Nesse contexto, vale notar que o autor ressalta que não são apenas sobre as formas diretas de dominação exercidas pelas instituições criadas a partir dos espíritos, mas também naquelas que são internalizadas por nós mediante nossas interações com eles. Os espíritos não teriam se materializado apenas nas instituições que representam, mas também possuem controle sobre nós a partir do momento que internalizamos as próprias normas que são por eles exercidas.

Enquanto a modernidade “concede” ao ser humano os atributos que este deve possuir e os objetivos os quais deve almejar, o autor vê na superação dessa concessão o caminho para que a verdadeira liberdade seja alcançada, e para que não seja ela mais uma concessão dada pelo espírito ao Homem, mas sim que ela seja sua “propriedade”:

Não posso eu declarar-me a mim próprio o detentor dos meus direitos, o mediador e o eu próprio de mim? Assim sendo, teríamos de dizer: O meu poder é a minha propriedade. O meu poder dá-me a minha propriedade. O meu poder

sou eu próprio, e, graças a ele, sou a minha propriedade. (STIRNER, 2004, p. 148).

Neste momento chega-se à conclusão da obra, que, apesar de trazer o “Único” no título, é muito mais focada no percurso do que em propor uma teoria em si. Nesse aspecto, Leopold (2019) nos aponta que Stirner é um autor que apresenta uma teoria anti-perfeccionista. Ou melhor, não deseja seguir a busca constante por um ideal, como os modernos tanto buscavam, pois, até pelo conteúdo de sua teoria, ideais não são nada mais que espectros. Por outro lado, enquanto não há clara uma sistematização, o autor apresenta um indivíduo ideal, que deve buscar livrar-se de qualquer submissão a forças externas, ao mesmo tempo que exerce o desapego aos seus próprios sentimentos e pensamentos, evitando que se torne um escravo de si mesmo: este é o Único.

Stirner faz uma distinção entre o conceito de Liberdade utilizado pelos modernos e o que ele escolhe para si, a fim de categorizar o seu Único. O autor coloca lado a lado a Liberdade apresentada pelos modernos e a Liberdade do Único, quanto à primeira, ele diz ser vazia de conteúdo, pois é focada em idealizações e projeções do espírito que sufocam a individualidade. Enquanto a segunda, é fruto de um exercício constante de autoconhecimento e autoafirmação perante a realidade, de modo que, mesmo diante das vicissitudes da vida, o Único ainda assim consegue se manter verdadeiro a si próprio, pois, a partir da sua individualidade, é capaz de construir seu mundo, seus valores e sua verdade (STIRNER, 2004).

4 O ÚNICO E A CONTEMPORANEIDADE

4.1 O “Único” entre os seus

O impacto da publicação do livro foi tão bombástico quanto efêmero. Enquanto parte da imprensa e dos intelectuais diziam que o livro representava o início de uma nova era na história da filosofia, outros, tal qual parte da Censura Estatal, considerava o livro “absurdo demais para ser levado a sério”, justamente por este atacar todos os pilares da vida social: da Igreja ao Estado; dos conservadores aos socialistas (MACKAY, 2005, p. 129). Em uma só tacada, o autor conseguiu a inimizade dos conservadores, com os quais naturalmente não teria tanto a confraternizar, mas também dos liberais, dos socialistas e dos próprios radicais com quem por tantos anos se confraternizou.

Acerca dos últimos, MacKay (2005) afirma em seu livro que a reação entre os Livres foi de grande espanto, já que Max Stirner se portava de forma muito discreta no círculo, raramente fazendo comentários, e nunca de maneira incisiva. Por outro lado, quando da publicação do livro, o homem que se apresentava como o “Único” diante do mundo sempre fora muito discreto. Não apenas o tom utilizado no livro impressionava, mas também a causou espanto perceber que, naquele homem de poucos amigos e que permanecia nos cantos esboçando sorrisos sarcásticos e poucos comentários, estava um dos maiores intelectos do seu tempo.

Quanto aos seus críticos, os que mais saltam à atenção, tanto pelo trabalho dedicado a responder ao autor, quanto pela sua importância para a filosofia contemporânea, são Karl Marx e Friedrich Engels, que juntos, escrevem *A Ideologia Alemã*, dedicando grande parte do livro à crítica de “São Max”, permitindo aferir-se o impacto de “O Único e a sua Propriedade” entre os seus contemporâneos, já que o tamanho da seção dedicada à crítica de Stirner consome considerável parte da obra. Podemos apontar a crítica para o fato de que, para Stirner, as transformações da sociedade se originam somente no plano do pensamento – do espírito – sem que o autor parta para transformações de ordem concreta, um caminho oposto ao que Marx e Engels adotam, especialmente com a publicação de “O Manifesto do Partido Comunista”.

Além dessa, são dignas de nota a resenha publicada por Ludwig Feuerbach, intitulada “Sobre a essência do Cristianismo referenciando O Único e a sua Propriedade”, na qual o autor, apesar de responder e rebater os escritos de Stirner, reconhece sua engenhosidade e a novidade que o livro representava; e Moses Hess, um dos principais

teóricos socialistas do século XIX, que apresenta o livro como uma obra patrocinada pela “Reação” com o objetivo de desacreditar os movimentos sociais que surgiam no período (MACKAY, 2005). Sobre esta última, é interessante notar que o argumento de Hess se assemelha ao do reacionário censor estatal da Prússia ao afirmar que o livro não deveria ser tirado de circulação, já que era “absurdo demais” para ser levado a sério.

Apesar do impacto inicial nos idos de 1847, o livro já havia deixado de ser muito comentado, talvez pela gravidade dos fatos que se seguiram. No início de 1848, explodiram pelos Estados Alemães, assim como em diversos outros pontos da Europa, revoltas exigindo maior participação popular no Poder e demandando a união dos ditos “povos-germânicos”, o que ficou conhecido como Revoluções de 1848. Para alguns autores, a exemplo de Paterson (1971), o que anteriormente poderia ser visto como uma nova fronteira a ser descoberta na filosofia passou a ser desimportante, enquanto público deu lugar a debates mais urgentes e condizentes com a realidade. Nesse contexto, “O Único e a sua Propriedade” passou a ser apenas um grito de excentricidade.

Entretanto, ao que parece, o autor esperava outros resultados do seu novo livro. Logo antes da publicação, Max Stirner pediu demissão da escola onde trabalhava, sem apresentar motivos, talvez por esperar que pudesse viver dos frutos do livro. Já em 1846, havia começado a fazer traduções, mais notadamente dos escritos de Jean Baptiste Say e de Adam Smith, sem que isso representasse um grande ganho financeiro. No mesmo ano, alegando estar insatisfeita com o seu casamento e de que o marido teria sido responsável por dilapidar sua fortuna investindo em uma empresa de entrega de leite em Berlim, Marie Darnhardt deixou seu marido, de quem se divorciaria em 1850 (PATERSON, 1971).

Após esses acontecimentos, a vida do autor parece ter tomado um rumo deveras negativo. Junto a um pedido de empréstimo anunciado em um jornal de Berlim, Stirner passa a mudar de endereço diversas vezes, provavelmente para fugir de credores. Entretanto, apesar das tentativas de fuga, Stirner foi preso por duas vezes em 1853 por não pagamento de dívidas. Em 1854, Stirner celebra um contrato ilegal para a venda de uma casa de propriedade de sua mãe, que estava há anos internada em uma instituição psiquiátrica, sem perspectivas de lá sair com vida (MACKAY, 2005).

O contrato, entretanto, jamais haveria de ser concluído, pois Stirner morreria antes de sua mãe. Em maio de 1856, o autor foi acometido por uma forte febre decorrente de uma picada de inseto no seu pescoço, e em poucos dias a picada geraria uma infecção que se espalharia pelo seu corpo inteiro. Aos 49 anos, Max Stirner estava morto, sem deixar

descendentes nem familiares. Quanto às suas ideias, também não deixou seguidores, morrendo à margem da Filosofia que, por um momento, imaginou protagonizar.

Permanecendo esquecida durante as décadas posteriores à sua publicação, a obra de Stirner foi resgatada pelo anarquista John Henry MacKay, que teria sido responsável por apresentá-la a Benjamin Tucker, um dos principais anarquistas americanos da virada do século XIX para o XX. Entre 1900 e 1929, contam-se 49 edições de *O Único*, sendo catorze em alemão, dez em russo, sete em japonês, seis em inglês e as demais em outras diversas línguas, dentre as quais, o português.

4.2 Por uma leitura contemporânea de Max Stirner

A despeito do seu impacto inicial, ao “Único e a sua Propriedade” foi legado um local marginal na filosofia ocidental. Segundo R. W. Paterson (1971), justamente por construir uma filosofia que pretende ser definitiva ao derrubar todas as convenções e instituições de seu tempo, Stirner não deixou espaço para que “discípulos”, por assim dizer, surgissem, já que o próprio formato da sua obra impedia que uma sistematização e construção posterior ocorresse. Ao invalidar qualquer tipo de conceituação das que utilizamos, Stirner tenta refundar a filosofia de forma que o Único seja a estrela ao redor da qual todo o pensamento deva orbitar. Ocorre que, justamente pelo autor não se permitir definir o único conceito de existência que ele aponta como ideal, este se transforma em um não-conceito, como apresentado por ele próprio: “Não sou nada no sentido do vazio, mas o nada criador, o nada a partir do qual eu próprio, enquanto criador, tudo crio.” (STIRNER, 2004, p. 5).

Uma leitura inicial levaria a pensar que Stirner desejaria na verdade inaugurar uma filosofia que busca derrubar todas as instituições que compõe a vida contemporânea, especialmente aquelas erigidas sob a égide da modernidade e do racionalismo, que são as que ele vê como as mais perigosas, pois têm um poder que sequer é percebido. Mesmo assim, apesar de se debruçar sobre a forma como os espíritos dominam o “Eu”, o autor não parece interessado em expurgá-los do mundo, mas sim mostrar como essa dominação ocorre, permitindo que cada um possa ter poder sobre si, tornando-se consciente.

Dessa forma, para o autor a autonomia não é uma condição natural do indivíduo, nem que fosse possível o retorno a um “estado de natureza”, no qual os espíritos não mais teriam domínio sobre os indivíduos. Assim como os espíritos são formados a partir de um

ato consciente do pensamento humano, eles devem ser destituídos do seu lugar de domínio a partir de um ato também consciente e individual.

Sobre essa leitura equivocada, muito utilizada em círculos libertários americanos, popularizada inicialmente por Benjamin Tucker no início do século XX, deve-se ter claro que Stirner não propõe uma busca ativa da derrubada do Estado para que este não mais sirva como o elemento opressor da individualidade que ele considera ser (PATERSON, 1971). Neste caso, ao indivíduo cabe o papel de resistir à pressão estatal por meio da relação de si para consigo, ou seja, como enxerga e recebe o poder estatal na sua vida, e não como um projeto político.

Entretanto, não é possível afirmar que o autor propõe a manutenção do estado de coisas ou o contentamento do indivíduo com o mundo que o cerca. Há de se diferenciar que Max Stirner nos propõe uma mudança no pacto social centrada na individualidade e na autonomia individual, numa espécie de revolução interior, pois, ao mesmo tempo que propõe uma mudança na forma de agir e de estruturar da sociedade contemporânea, ele assim o faz sem propor que um tijolo sequer seja trocado de lugar, levando à interioridade o campo de batalha que outrora representariam as ruas ou o debate político institucionalizado (NEWMAN, 2002).

Pelo mesmo motivo que sugere ser natural do ser humano se sujeitar às imposições sociais, é que a autonomia individual é um processo permanente, desde o dia em que o indivíduo toma consciência de si, até o seu fim. Da mesma forma que um pássaro segue o determinismo de sua espécie, migrando de norte a sul conforme as estações do ano mudam, Stirner afirma que faz parte da construção do pensamento humano seguir as imposições sociais que são feitas, pois estas também, assim como as migrações são para os pássaros, representariam para a humanidade um ato de luta pela sobrevivência.

Nesse sentido, não faz parte da argumentação de Stirner a defesa de uma espécie de atomismo social, no qual os indivíduos, livres de predeterminações culturais e sociais, tornar-se-iam singulares, mas sim que, a partir do momento que o “Eu” tomar consciência de cada um desses elementos que o formam, possa construir o seu lugar no mundo, tornando-se Único e possuidor de si e do seu destino. O autor vai além de demonstrar que a autoafirmação é apenas uma libertação, mas também uma forma de construir uma realidade distinta, na qual o indivíduo se relaciona com o mundo ao seu redor nos seus próprios termos e condições. Enfim, Stirner defende de maneira intransigente, até ao paradoxo e ao absurdo, a intransitividade da liberdade e a singularidade absoluta do “Eu”.

Entretanto, a filosofia de Max Stirner não apresenta uma rejeição das coletividades em si, mas sim de identidades sociais universais. A crítica do autor jaz na noção da sociedade como uma coletividade natural e essencial, formada ao longo do processo histórico, o que serve de base para as teorias políticas da contemporaneidade, seja das liberais às marxistas. Enquanto nas teorias liberais a “sociedade civil” é apresentada como uma estrutura que provê a base do poder político, ao mesmo tempo que sobre ele exerce controle, nas teorias marxistas, a sociedade é representada pelo proletariado, que padece sob o julgo do capital e o dá sustentação.

Enquanto isso, Stirner apresenta uma visão de uma sociedade não como conjunto fechado, mas como um corpo fraturado e permanentemente aberto, que se movimenta ao longo do tempo por meio do antagonismo entre os grupos que o constituem. Sendo assim, não é possível apontar a essência de uma sociedade, já que sua identidade é construída e mutável, podendo ser mudada pela forma como os seus grupos constituidores se relacionam em determinado momento (NEWMAN, 2002).

Por outro lado, é interessante notar que, ainda nos idos do século XIX, durante um período de intenso nacionalismo no Ocidente e, mais especificamente, de formação do Estado Alemão, o autor trazia ao debate a impossibilidade da delimitação dessa essência coletiva, o que viria a ser a semente do extremo totalitarismo a ser vislumbrado nas décadas posteriores. De fato, conceitos como “povo” e “nação” se apresentam ao longo da história como espíritos instrumentalizados para justificar a ação do aparato estatal Moderno, e servem, muitas vezes, como formas de legitimar formações políticas autoritárias, pois os Estados, ao se dignarem a representar e proteger a coletividade a qualquer custo, chegam a justificar quaisquer atos que venham a ser cometidos por si.

Ao deixar de lado a busca pela essência do grupo social, Stirner apresenta um caminho para pensar como novas identidades e construções sociais criadas por indivíduos, grupos e minorias podem alterar o funcionamento do conjunto social, já que permite ver que a mudança na forma como o indivíduo interage com a realidade não precisa partir de uma alteração na estrutura do corpo social, mas simplesmente na forma como determinadas individualidades ou coletividades delimitadas interagem entre si. Ao viver um muito propalado momento de crise do sistema democrático representativo, há de se considerar formas de dar poder de decisão ao indivíduo levando em consideração suas peculiaridades, que tendem a ser cada vez mais reforçadas em momentos nos quais o tribalismo se exacerba, como o atual.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão levada a cabo por Max Stirner em seus escritos nos proporciona uma forma radical de entender como o entendimento da individualidade é construído ao longo da história humana. Nesse contexto, onde o autor engloba todas as instituições humanas, que chama de “espíritos”, desde a Religião ao Estado, da cultura aos relacionamentos interpessoais, cada uma destas tem o seu papel no sentido de sujeitarem o “Eu”, tornando-o refém de suas próprias criações, pois estas, a partir do momento que são criadas e fortalecidas pelos próprios indivíduos, ganham vida própria. Tecendo uma linguagem que por vezes tende ao absurdo e à nulidade completa da realidade vigente, o autor apresenta, de forma talvez nunca feita até então, uma defesa irredutível da expressão individual frente ao autoritarismo e ao determinismo, buscando trazer à tona a valorização do ser humano em toda a sua banalidade, que, ao mesmo tempo que nos diferencia, é o que nos torna fundamentalmente iguais.

Não há dúvidas de que na política contemporânea proliferam-se novos grupos, com identidades específicas, e lutas que não mais cabem nos projetos políticos universalistas que marcaram a modernidade até este ponto. Enquanto esse fenômeno representa um novo desafio ao lidarmos com a teoria política, é essencial entendermos como esses movimentos ocorrem, e a crítica de Stirner nos permite explorar essas novas formas de ser político e de fazer política, dentro e fora dos meios institucionais.

A filosofia do autor mantém sua relevância ao mostrar que a submissão do indivíduo ocorre de várias formas, desde o cerceamento ao pensamento e à expressão individual, até a pressão social por agir ou pensar de determinada forma. E, em tempos como os nossos, em que os reacionarismos se multiplicam e se tornam menos envergonhados, e na forma de um nacionalismo chauvinista e de um fundamentalismo religioso crescente, Max Stirner nos afirma que a luta por afirmarmos o nosso espaço no mundo é diária e constante.

Ao trazer Max Stirner ao debate contemporâneo, resgatando-o do local marginal onde se encontra, percebemos que o autor tem muito a contribuir com a tradição filosófica na qual está inserido, carecendo ainda de estudos mais aprofundados acerca das diferentes facetas de sua obra, que, mesmo condensada em apenas um livro, traz à tona uma enorme diversidade e riqueza de pontos a serem considerados. Com isso, abre-se o espaço para mais estudos acerca do autor, conciliando a riqueza de sua obra à miríade de diversidade dos nossos dias, nos quais até a maior das banalidades carrega uma enorme complexidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, A. Individualidade, liberdade e educação (Bildung) em Max Stirner. **Revista Pro-Posições**. V. 29, N. 3 (88), P. 281-304. Set./dez. 2018.
- ALVES, Munís Pedro. **Liberdade e individualidade: diálogos contemporâneos com (e a partir de) Max Stirner**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia, f. 165, 2015.
- BORGES, P. O homem como ser político: ensaio. **Revista Multitemas**, Campo Grande, n. 36, p. 63-90, jun. 2008.
- CHMIELINSKI, M. Self-ownership and Spontaneously-Evolved Order. The Core of the Max Stirner's Individualist Anarchism. **Res Publica. Revista de Historia de las Ideas Políticas**. Vol. 19, p. 459-476, Núm. 2, 2016.
- D'ANGELO, V. Max Stirner y la política de la insurrección. **Daimon. Revista Internacional de Filosofía**. N. 82, 2021. P. 31-48.
- DEMATTEIS, Philip. **Individuality and the social organism**. Nova Iorque/Estados Unidos: Revisionist Press, 1976.
- DUMONT, Louis. **Essais sur l'individualisme**. Paris/França: Seuil, 1991.
- FIGUEROA, Jonas. **Educação, Subjetivação e Singularidade em Max Stirner**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação. São Carlos, f. 106, 2013.
- HEGEL, Georg. **The Philosophy of History**. Kitchener/Ontario/Canada: Batoche Books, 2001.
- HONNETH, Axel. **O Direito da Liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- LEOPOLD, David. The Non-Essentialist Perfectionism of Max Stirner. In: MOGGACH, Douglas; MOOREN, Nadine; QUANTE, Michael. **Perfektionismus der Autonomie**. Leiden/Países Baixos: Brill, 2019.
- MACKAY, John Henry. **Max Stirner: His Life and His Work**. Concord/California/Estados Unidos: Peremptory Publications, 2005.
- MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- MONTEIRO, F. O materialismo no debate de Feuerbach, Max Stirner e Marx: relevâncias para a história social contemporânea? **Revista de Teoria da História**. Universidade Federal de Goiás, Ano 2, Número 5, p. 198-221, 2011.

- NEWMAN, Saul (ed.). **Critical Explorations in Contemporary Political Thought: Max Stirner**. Londres/Reino Unido: Palgrave Macmillan, 2011.
- NEWMAN, Saul. Max Stirner and the Politics of Posthumanism. **Contemporary Political Theory**. Número 1, p. 221 – 238, 2002.
- ORNELAS, R. Max Stirner, os limites do sujeito na esquerda hegeliana e um ponto de virada na filosofia. **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**. Brasília, vol. 3, Número 2, 2015.
- OTÊNIO, Erinson. **Subjevidade & Dominação (a crítica de Max Stirner à alienação como elemento constitutivo da subjetividade moderna)**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Filosofia. São Paulo, f. 158, 2008.
- OTÊNIO, Erinson. **Max Stirner como crítico da modernidade: entre dialética do conhecimento e crítica radical da razão**. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Filosofia. São Paulo, f. 264, 2013.
- PATERSON, R. **The nihilistic egoist Max Stirner**. Londres/Reino Unido: Oxford University Press, 1971.
- RODRIGUES, Sandro. **A questão do indivíduo em Max Stirner**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Fortaleza, f. 111, 2015.
- STIRNER, Max. **O único e a sua propriedade**. Lisboa/Portugal: Antígona, 2004.
- STIRNER, Max. **O falso princípio da nossa educação**. São Paulo: Imaginário, 2001.
- WOODCOCK, George. **Anarchism: A History Of Libertarian Ideas And Movements**. Cleveland/Estados Unidos: The World Publishing Company, 1962.